

Povos Indígenas no Brasil

Fonte OESP Class.: Energia/UHE  
 Data 26/06/79 Pg.: 02

Higienópolis

Hidrelétricas na Amazônia <sup>ESP</sup> <sub>26/6/79</sub>  
 devem seguir uma prioridade

Algumas autoridades ainda não se compenetraram da gravidade do momento que vive a economia nacional, ameaçada por uma elevação brutal nos preços do petróleo, aventurando-se, apesar de tudo, em obras não prioritárias, mesmo no setor energético. Ouvindo falar que uma das opções para atenuar os efeitos da crise petrolífera é a construção de usinas hidrelétricas, partem para a defesa da construção de grandes centrais geradoras, mesmo em locais onde não há mercado suficiente para absorver a energia a ser gerada, o que exigirá ou a construção de onerosas linhas de transmissão, ou a utilização apenas parcial do potencial instalado, com prejuízos financeiros para um país que não pode, no momento, suportá-los.

Há vários casos que merecem ser mencionados, como, na questão nuclear, a construção de oito unidades com 10 milhões totais de quilowatts — instalados. Aqui, parece que, alertado pela Imprensa e por técnicos independentes, o governo começa a rever os programas, diante da evidência da inviabilidade econômica do empreendimento. Na questão nuclear, os números eram de tal ordem — 30 bilhões de dólares! — que as resistências, embora ainda existam, tinham que ceder à realidade dos fatos. Já com relação ao potencial hidrelétrico, é mais difícil convencer alguns políticos e governadores de Estado quanto à necessidade de se adiar alguns empreendimentos em benefício de outros mais prioritá-

rios. Está em pauta, no momento, por exemplo, a discussão de duas usinas hidrelétricas na Amazônia: Balbina e Samuel. São unidades que atenderão à região de Porto Velho e Rondônia e de Manaus. O grande argumento é que, sendo hidrelétricas, essas usinas têm um baixo custo de geração. Por isso, os políticos locais reagiram violentamente à idéia de construção de menores unidades a carvão, que, segundo ficou provado pela Eletrobrás, atenderiam de forma econômica e plenamente a reduzida demanda de energia elétrica dessas áreas.

O governo não pode, quando precisa investir maciçamente em obras hidrelétricas nas regiões de maior consumo — exatamente para tentar, por meio da reformulação da matriz energética, reduzir a dependência do petróleo do Exterior, cada vez mais caro —, partir também para a execução de obras caras na Amazônia única e exclusivamente para satisfazer ao desejo de alguns políticos de inaugurar-las com a presença do sr. presidente da República. Atualmente, a Eletrobrás está imersa num vultoso programa de obras que exigirá investimento mínimo da ordem de 103 a 130 bilhões de cruzeiros, sem contar o que precisa ser aplicado na modernização e conservação do sistema da Light. São usinas absolutamente indispensáveis ao atendimento da demanda do parque industrial nos próximos cinco anos, com Itaipu, as usinas do rio Iguaçú, do São Fran-

cisco, do Paraná. Sem elas haverá, inevitavelmente, racionamento de energia elétrica na próxima década — ou a complementação térmica.

Ouviu-se falar que o potencial hidrelétrico da Amazônia é da ordem de 100 a 150 milhões de kW, mas esqueceu-se de frisar que esse potencial somente deverá ser utilizado depois de esgotado os demais, também hidrelétricos e mais econômicos, nas regiões de grande consumo. Ele constitui uma reserva para atender à demanda energética no fim do século, não agora, pois há muito a construir, ainda, no Centro-Oeste, no Nordeste e no Sudeste. Desta forma, nada mais lógico do que, provisoriamente, atender ao abastecimento de cidades com pequena população e demanda restrita com usinas térmicas a carvão, cujos estoques sem mercado crescem no Sul e que poderiam ser transportados, economicamente, apesar da distância, para algumas cidades amazônicas, como Manaus e Porto Velho. Nada mais lógico, nada mais racional, nada mais recomendável.

Neste sentido, o presidente Figueiredo deve resistir às pressões a que vem sendo submetido para autorizar o prosseguimento de grandes obras na Amazônia, que ficarão semiparadas, depois de concluídas, sem mercado para energia, enquanto faltam recursos para o prosseguimento das usinas prioritárias e indispensáveis nas regiões de maior taxa de crescimento do consumo.